

AVIAÇÃO

PREFEITURA DE SANTA ROSA/ DIVULGAÇÃO/JC



Obra da nova pista do aeroporto de Santa Rosa está em andamento com suporte técnico da Infraero; estrutura e novo terminal devem ficar prontos até o fim de 2026

Aeroporto de Santa Rosa recebe investimentos

Projeto prevê terminal 11 vezes maior que o atual e operação de aeronaves para até 150 passageiros, atraindo negócios e turismo

Gabrieli Silva
✉ gabrielis@jcrs.com.br

O município de Santa Rosa projeta um grande estímulo aos negócios e à economia regional com os investimentos de R\$ 45 milhões que serão aplicados no aeroporto da principal cidade da Região Noroeste do Rio Grande do Sul.

Com 76 mil habitantes (de acordo com o Censo do IBGE de 2022), Santa Rosa espera consolidar uma infraestrutura capaz de integrar a região à malha aérea nacional, ampliando conexões comerciais, turísticas e industriais.

O projeto de melhorias do aeroporto contempla uma pista de pouso e decolagem com capacidade para aeronaves de até 150 passageiros e um novo terminal de passageiros de 1.447 metros

quadrados — 11vezes maior que a estrutura atual, de apenas 132 metros quadrados.

A obra, segundo a prefeitura, segue padrões técnicos da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) e conta com acompanhamento da Infraero, que presta suporte especializado à fiscalização e à futura homologação do empreendimento.

O prefeito de Santa Rosa, Anderson Mantei, afirma que, quando estiver pronto, o aeroporto vai marcar um divisor de águas no desenvolvimento do município. “Santa Rosa terá um ritmo muito maior no desenvolvimento e na atração de pessoas e negócios quando o aeroporto estiver pronto. Representa infinitas possibilidades e facilidades logísticas, tanto para quem sai quanto para quem chega. Estamos longe de grandes centros e precisamos de alternativas de transporte. O avião é uma excelente solução”, avalia Mantei.

A pista do aeroporto está em fase de terraplanagem e já teve cerca de metade do volume total de solo movimentado — aproxi-

madamente 1 milhão de metros cúbicos. A pavimentação dos trechos prontos está prevista para iniciar ainda neste mês de novembro, assim como a construção do terminal de passageiros. A previsão de conclusão total da obra e homologação para operação do aeroporto é dezembro de 2026.

O terminal segue os padrões da Secretaria de Aviação Civil (SAC) e terá saguão de acesso, áreas de embarque e desembarque, setor de tripulação e espaços destinados a órgãos públicos, como Receita Federal e prefeitura. Também contará com esteira de bagagens, sanitários acessíveis e equipamentos de inspeção por raio-x.

O investimento de mais de R\$ 16 milhões para o terminal será garantido, segundo Mantei, com recursos próprios do município, caso o repasse estadual não se confirme. “Estamos em busca de apoio do governo do Estado por meio do Fundo de Reconstrução. Se não for possível, utilizaremos nossas reservas municipais, formadas a partir do superávit dos primeiros

quatro anos de gestão”, explica.

Até o momento, o projeto não recebeu aportes diretos do governo federal. Os recursos disponíveis vieram de emendas parlamentares de bancada, encaminhadas pelos deputados federais gaúchos Osmar Terra, Giovani Cherini, Pedro Westphalen e pelo senador Luís Carlos Heinze. A prefeitura também aguarda a liberação de R\$ 15 milhões previstos no novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), destinados à infraestrutura aeroportuária regional.

A expectativa para o aeroporto de Santa Rosa é a implantação de voos diretos do município para Porto Alegre, São Paulo, Foz do Iguaçu (PR) e Campo Grande (MS). Segundo o prefeito Anderson Mantei, as rotas refletem tanto o potencial turístico e de negócios quanto a necessidade de atender o fluxo migratório entre o Rio Grande do Sul e o Centro-Oeste. “Temos muitos gaúchos que foram para o Mato Grosso e mantêm laços com Santa Rosa e região. Esse aeroporto também servirá a esse público, que vem e vai

com frequência”, observa Mantei.

Além da conectividade aérea, o município aposta no impacto econômico e logístico da obra. Santa Rosa abriga cerca de 350 indústrias do setor metalmeccânico, além de uma agroindústria forte e diversificada. A proximidade de um aeroporto estruturado deve reduzir custos de transporte, encurtar distâncias e impulsionar a competitividade das empresas de toda a região.

A prefeitura também estuda a criação de um distrito empresarial no entorno do aeroporto, voltado à instalação de centros de distribuição, galpões e serviços que aproveitem a infraestrutura e o fluxo de passageiros e cargas. Para Mantei, o empreendimento consolida uma visão de longo prazo para o município e sua região de influência.

O prefeito projeta que o aeroporto deve reposicionar Santa Rosa como um polo logístico e empresarial do interior gaúcho, fortalecendo o movimento de interiorização da aviação regional e diversificando as rotas de desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

NEGÓCIOS CORPORATIVOS

Mobilidade elétrica gaúcha une empresas

Novas unidades da rede de eletropostos ampliam malha de recarga de carros elétricos

Em um movimento que reforça o compromisso com a inovação e a sustentabilidade, a Esquina do Futuro anuncia a inauguração de mais cinco unidades de carregamento elétrico no Rio Grande do Sul. As cidades que já contam eletropostos são Santa Maria (Av. Pref. Evandro Behr, nº 6745 – Camobi) e Lajeado (Av. Benjamin Constant, nº 1320 - Centro), inaugurados em outubro. E Rolante, Caxias do Sul e Eldorado do Sul serão contempladas em novembro.

O avanço é fruto de uma parceria entre a Esquina do Futuro e as Lojas Lebes, uma das principais redes varejistas do Estado, que passa a integrar o ecossistema de inovação em mobilidade elétrica. Além de representar a expansão e investimento no protagonismo gaúcho através da tecnologia e compromisso ambiental.

“Acreditamos que o futuro da mobilidade se constrói com parcerias sólidas e visão de futuro. As Lojas Lebes comparti-



LOJAS LEBES/DIVULGAÇÃO/JC

Parceria realizada entre a Esquina do Futuro e a Lojas Lebes também reforça compromisso ambiental

lham desse propósito, o que torna essa colaboração essencial para democratizar o acesso à recarga elétrica e impulsionar o desenvolvimento sustentável das cidades gaúchas”, destaca Eduardo Costa, CEO da Esquina do Futuro.

Segundo Otello Drebes,

presidente do Grupo Lebes, a empresa está sempre atenta a iniciativas que ampliem e aprimorem a experiência dos clientes, e a instalação de pontos de recarga para carros elétricos em filiais Lebes é uma forma de unir conveniência, praticidade e inovação.

“O varejo pode, e deve, ser um agente de transformação por meio de soluções conectadas às novas demandas da sociedade. Investir em projetos que promovem o desenvolvimento e o bem-estar das comunidades onde atuamos faz parte do DNA da Lebes. Por

isso, estamos muito felizes com essa parceria, que coloca o Grupo Lebes e o Rio Grande do Sul na vanguarda da mobilidade no Brasil”, destaca o empresário.

Aliança que faz parte de um projeto arrojado com o investimento superior a R\$ 10 milhões, unindo o Chuí a Torres em uma malha elétrica inédita no Brasil. A meta é, até 2026, conectar o Estado por meio de 50 pontos de recarga baseados em infraestrutura de qualidade, tecnologia de ponta e atentos aos desafios energéticos.

Os novos eletropostos seguem o padrão tecnológico da rede, equipados com carregadores WEG de até 40 kW/h, que garantem recargas rápidas e seguras. A exceção é em Rolante, que terá uma unidade de baixo carregamento e gratuita para clientes das Lojas Lebes.

Com isso, a Esquina do Futuro soma 22 eletropostos em operação no Estado: dez em Porto Alegre, cinco na Região Metropolitana (Canoas, Cachoeirinha, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Eldorado do Sul), quatro na Serra (Três Coroas, Rolante, Caxias do Sul e Taquara), um no Vale do Taquari (Lajeado), um na Região Central (Santa Maria) e um no Litoral Norte (Xangri-Lá).

PEDÁGIOS

CSG reforça orientações sobre formas de pagamento do pedágio eletrônico free flow

Com o objetivo de reduzir ainda mais a taxa de inadimplência – e, por consequência, as multas – a CSG reforça as orientações sobre como deve ser realizado o pagamento do pedágio eletrônico free flow.

O modelo, que é pioneiro no Rio Grande do Sul, permite o fluxo contínuo dos veículos nas rodovias, sem necessidade de paradas, e que substitui as praças tradicionais por pórticos com leitura automática de placas e tags. Entre os meses de janeiro e setembro deste ano, a taxa de inadimplência no pagamento das tarifas, que no início da operação estava em 7,5%, caiu para 3,7%.

A concessionária disponibiliza as opções por TAG eletrônica, Pix, cartão de crédito ou débito, além de canais próprios como o site oficial (csg.com.br), o aplicativo CSG Free Flow e nove bases presenciais de atendimento ao cliente distribuídas ao longo das rodovias concedidas. A CSG ainda mantém interoperação com rede SIM e Reckpay para pagamento via app dessas empresas.

A CSG é a primeira empresa brasileira a operar todo o trecho concedido nas regiões da Serra Gaúcha e Vale do Caí por meio do sistema de passagem livre. A cobrança ocorre

de forma automática no momento em que o veículo passa sob o pórtico instalado nas rodovias. Câmeras de alta precisão registram a placa e o motorista tem prazo de até 30 dias para quitar a tarifa. Caso o pagamento não seja efetuado dentro do prazo, a responsabilidade pela autuação é do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer/RS).

O conjunto de estradas concedidas à CSG representa 271,5 km. A empresa é responsável pela administração e manutenção da totalidade da ERS-122 (km 0 ao 168,65), ERS-446 (km 0 ao 14,84) e ERS-240 (km 0 ao 33,58), além de trechos da RSC-453 (km 101,43 ao 121,41), BR-470 (km 220,50 ao 233,50) e RSC-287 (km 0 ao 21,49).

As rodovias fazem parte dos municípios de Antônio Prado, Bento Gonçalves, Bom

Princípio, Campestre da Serra, Capela de Santana, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha,

Garibaldi, Ipê, Montenegro, Portão, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Triunfo e Vacaria.

EGR/DIVULGAÇÃO/CIDADES



Modelo permite o fluxo contínuo de veículos nas rodovias

INFRAESTRUTURA

Estudo inédito apresenta projetos para ampliar mobilidade urbana na Capital

Investimento na região é estimado em R\$ 10,3 bi; em todo o País, 187 projetos foram definidos, com aporte da ordem de R\$ 430 bilhões

O Estudo Nacional de Mobilidade Urbana (ENMU), realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Ministério das Cidades, concluiu a definição de projetos para ampliar as redes de transporte público coletivo de média e alta capacidade (TP-C-MAC) na Região Metropolitana de Porto Alegre. Na capital gaúcha, o ENMU projeta expansão da rede em projetos de metrô (44km), VLT (até 42km) e de BRT (de 96km a 138km). A definição pela tecnologia VLT ou BRT será feita em etapas seguintes, com base nos estudos detalhados para modelagem dos projetos. O investimento estimado para os projetos é de até R\$10,3 bilhões.

Em Porto Alegre, a implementação dos projetos resultará



GRUPO DALLASANTA/DIVULGAÇÃO/JC

Em Porto Alegre, os projetos irão evitar a emissão de 141,5 mil toneladas de CO₂ por ano

na redução estimada de cerca de 420 mortes em acidentes de trânsito até 2054. E, também, evitará a emissão de 141,5 mil de toneladas de CO₂ por ano. Outro benefício é a redução do custo operacional por viagem, decorrente da maior utilização dos sistemas de média e alta capacidade, que tipicamente são mais eficientes. No caso de Porto Alegre, a redução é de 18%. No País, é de 11%.

“Com o estudo, o BNDES con-

tribui com a produção de uma política pública para a formulação de uma estratégia nacional de mobilidade urbana, de longo prazo e sustentável, unindo esforços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. O objetivo é melhorar a qualidade de vida dos brasileiros e brasileiras, com um transporte mais eficaz, menos poluidor e mais seguro”, afirma o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

“Os projetos selecionados mostram que o Brasil está buscando se adaptar às mudanças do clima, com ações que unem sustentabilidade, mobilidade e inclusão social”, afirma o ministro das Cidades, Jader Filho. “Investir em transporte coletivo limpo é investir nas cidades e nas pessoas, para que os centros urbanos se tornem mais resilientes, com menos poluição e deslocamentos mais rápidos e seguros.”

São 187 iniciativas em todo o País

O BNDES e o Ministério das Cidades apresentam nesta quarta-feira 187 projetos selecionados no Estudo Nacional de Mobilidade Urbana (ENMU), que visa acelerar investimentos para a ampliação das redes de transporte público coletivo de média e alta capacidade nas 21 maiores regiões metropolitanas brasileiras.

Os investimentos totais foram estimados em R\$ 430 bilhões: R\$ 230 bilhões em metrô; R\$ 31 bilhões em trens; até R\$ 105 bilhões em veículos leves sobre trilhos (VLT); até R\$ 80 bilhões em bus rapid transit (BRTs); e R\$ 3,4 bilhões em corredores exclusivos de ônibus.

“A aceleração desses investimentos dependerá do modelo de financiamento adotado, sendo os investidores privados via concessões e parcerias uma ferramenta relevante”, esclareceu o BNDES, em nota distribuída à imprensa. O estudo contemplou projetos nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Santos, Campinas, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória, Goiânia, Distrito Federal, Salvador, Maceió, Recife, João Pessoa, Natal, Teresina, São Luís, Fortaleza, Belém e Manaus.

LEGISLAÇÃO

Conselho Monetário Nacional regulamenta fundo aéreo que financiará combustíveis sustentáveis

Após mais de um ano de espera, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, na quinta-feira passada, regulamentação das regras que permitem o uso de recursos do Fundo Nacional da Aviação Civil (Fnac) em empréstimos destinados às companhias aéreas. A nova lei do setor aéreo, sancionada em setembro do ano passado, prevê R\$ 4 bilhões em financiamentos, com juros anuais entre 6,5% e 7,5%, conforme a linha de crédito escolhida.

De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos, serão oferecidas seis modalidades de financiamento, que incluem desde a aquisição de aeronaves nacionais e manutenção de motores até o investimento em combustível sustentável (SAF) produzido no Brasil.

Para ter acesso aos recursos, as companhias deverão cumprir contrapartidas obrigatórias,

como a aquisição de SAF que reduza ainda mais as emissões de gás carbônico, superando a meta legal: corte de 1 ponto percentual ao ano até atingir 10%. Além disso, as empresas deverão aumentar a oferta de voos para a Amazônia Legal e o Nordeste, contribuindo para a integração regional e o desenvolvimento do turismo.

As aéreas que aderirem ao programa também terão que assinar o Pacto da Sustentabilidade, iniciativa do Ministério de Portos e Aeroportos que estimula práticas de ESG (ambiental, social e de governança) no setor.

Em nota, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que o objetivo é estimular a competitividade e reduzir custos operacionais das empresas.

“O governo federal está fazendo a sua parte, que é viabi-

lizar crédito para a compra de aeronaves nacionais, manutenção de motores e aumento de infraestrutura. Com isso, as companhias poderão reduzir custos e o preço das passagens, beneficiando o consumidor”, afirmou.

Segundo o ministro, a proposta também busca corrigir uma lacuna deixada durante a pandemia, quando as aéreas não receberam apoio financeiro direto. “Se estamos emprestando recursos com taxa de juros privilegiada, é justo exigir benefícios para a população, como a redução de emissão de gases de efeito estufa”, completou.

Com a medida, o governo espera fortalecer o mercado doméstico de aviação, incentivar a produção nacional de SAF e ampliar a conectividade regional, especialmente em empresas aéreas hoje com baixa oferta de voos.

Entenda como fica

Quem pode pedir?

Empresas aéreas brasileiras que operam voos domésticos e estejam adimplentes com a União e os órgãos reguladores do setor.

Valor total disponível

R\$ 4 bilhões, divididos em seis linhas de crédito.

Taxas de juros:

Entre 6,5% e 7,5% ao ano, de acordo com a finalidade do empréstimo.

Finalidades do crédito:

- ▶ Aquisição de aeronaves produzidas no Brasil;
- ▶ Manutenção e modernização de motores;
- ▶ Investimento em infraestrutura operacional;
- ▶ Compra de combustível sustentável nacional.

Prazos e condições:

Os prazos variam conforme o tipo de financiamento. Os pedidos devem ser encaminhados ao Comitê Gestor do Fnac, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos.

Contrapartidas obrigatórias:

- ▶ Aquisição de combustível sustentável que garanta redução de gás carbônico acima da meta legal;
- ▶ Ampliação de voos para destinos da Amazônia Legal e do Nordeste;
- ▶ Aderência ao Pacto da Sustentabilidade, com práticas de ESG;
- ▶ Relatórios periódicos de desempenho ambiental e social enviados ao Ministério de Portos e Aeroportos.

OPINIÃO

COP 30: eficiência e tecnologia como motores da transição energética no transporte brasileiro

Cristian Bazaga

CEO da Excel Fueling Technologies

A escolha de Belém (PA) como sede da COP 30 é um marco simbólico e estratégico. Pela primeira vez, o coração da Amazônia vai receber os principais líderes globais para discutir o futuro climático do planeta e isso oferece ao Brasil uma oportunidade única de colocar a mobilidade e a gestão de combustíveis no centro da agenda sobre transição energética.

sição energética.

Falar sobre a Amazônia como patrimônio ambiental é indispensável. Mas é igualmente necessário reconhecer que o Brasil é um País que depende fortemente da sua matriz rodoviária, seja no agronegócio, na mineração, no transporte de cargas ou no abastecimento de regiões remotas. O consumo de combustíveis líquidos continuará sendo parte importante dessa realidade nas próximas décadas. E, justamente por isso, o desafio não é apenas substituir fontes de energia, mas usar a tecnologia para reduzir o impacto da dependência atual, enquanto pavimentamos o caminho da transição.

Soluções de controle de abastecimento, telemetria e gestão de frotas já provam seu valor ao reduzir desperdícios, combater fraudes, otimizar rotas e diminuir emissões. São medidas práticas e escaláveis que, além do ganho ambiental, aumentam

a competitividade das empresas e criam uma base sólida para integração ao mercado de créditos de carbono, transformando eficiência operacional em resultado econômico e ambiental.

Durante a COP 30, é essencial que o debate vá além do financiamento de grandes projetos de energia limpa. O Brasil precisa valorizar iniciativas que já estão disponíveis e que podem gerar impacto imediato na descarbonização do transporte. Tecnologias aplicadas ao setor de combustíveis são capazes de tornar nossa logística mais inteligente, sustentável e preparada para o futuro.

A Amazônia merece ser símbolo não apenas de preservação, mas também de inovação e eficiência energética. É com essa visão que o setor de gestão de frotas e combustíveis pode contribuir decisivamente para um novo capítulo da sustentabilidade no País, que uma tecnologia, produtividade e responsabilidade ambiental.

CRISTIAN BAZAGA/ARQUIVO PESSOAL/JC



Soluções de controle de abastecimento, telemetria e gestão de frotas já provam seu valor ao reduzir desperdícios

Sindiatacadistas RS
Sindicato do Sistema Comércio

POLÍTICA ECONÔMICA GERA APREENSÃO NO SETOR PRODUTIVO

O atual quadro vivenciado pelo setor produtivo brasileiro é visto com preocupação pelo presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Materiais de Construção, Louças, Tintas, Ferragens, Vidros Planos, Cristais, Espelhos, Agregados de Concreto, Sucata de Ferro, Ferros Planos e Ferros Não Planos do Estado do Rio Grande do Sul (SIMATCO), Leonardo Ely Schreiner, que atribui a gravidade da situação à inadequada condução da política econômica pelas autoridades governamentais, que persistem em não priorizar o corte das despesas públicas e o combate à espiral inflacionária, o que obriga a manutenção de uma elevada taxa de juros que, por sua vez, impacta negativamente o ambiente de negócios e os novos investimentos, com reflexos danosos sobre a geração de empregos. De acordo com o dirigente do SIMATCO, que integra o Sindiatacadistas-RS, a apreensão assume maiores proporções em vista da extrema polarização política e, em especial, pela falta de entendimento dos partidos à direita, defensores da economia de mercado e do regime de livre iniciativa, o que coloca em risco as suas chances de sucesso nas eleições do próximo ano, implicando a manutenção da presente política econômica por mais quatro anos, o que significaria um horizonte desastroso para o futuro do País.

Isto porque, alerta Leonardo Schreiner, tenderão a persistir práticas equivocadas, como a concessão de benefícios sociais de cunho paternalista, sem atentar para a efetiva capacidade do erário de fazer frente ao seu custeio de forma sustentável, além de gerar distorções, como a falta de mão de obra para as atividades laborais, já que muitas vezes os contemplados com essas benesses optam por não ingressar no mercado de trabalho formal, o que acaba, inclusive, mascarando as estatísticas oficiais sobre o nível de emprego.



PROGRAMA
Qualificar

Confira a agenda do Qualificar!

- **11 e 13/11 (manhã)** - Turma 1 - Workshops Logística em Ação: Curva ABC Logística para aumentar a produtividade de separação
- **11 e 13/11 (noite)** - Turma 2 - Workshops Logística em Ação: Curva ABC Logística para aumentar a produtividade de separação
- **12/11** - Gestão de Crise: Como enfrentar denúncias sensíveis e proteger a Imagem Reputacional da Empresa
- **08 e 10/12** - Turma 1 - Balanço de final de ano: vamos nos preparar para 2026?
- **09 e 11/12** - Turma 2 - Balanço de final de ano: vamos nos preparar para 2026?

Leia o QR code para acessar a programação completa em nosso site:



SIGA NOSSAS MÍDIAS SOCIAIS E FIQUE LIGADO NAS NOVIDADES

SINDIATACADISTAS.COM.BR @SINDIATACADISTASRS SINDIATACADISTAS /COMPANY/SINDIATACADISTAS

Jornalista Responsável: Václer Todt